

SESSÕES DO PLENÁRIO

31ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 19 de abril de 2017.

PRESIDENTE: DEPUTADO LUIZ AUGUSTO (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Almeida, Angelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Heber Santana, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Junior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Rosenberg Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Leitura do expediente.

OFÍCIO

Do Deputado Jânio Natal comunicando que, por motivo de saúde, esteve ausente das Sessões no período de 03 a 07/04/2017, conforme atestado médico apresentado.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Submeto as seguintes atas à aprovação: 28ª, 29ª sessões ordinárias, realizadas, respectivamente, em 12 e 17 de abril de 2017; e a 4ª sessão extraordinária, realizada em 02 de abril de 2017.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Luiza Maia.

A Srª LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, até que enfim esta semana a gente consegue iniciar os trabalhos desta Casa sem a interrupção da sessão, como ocorreu nos dias anteriores.

Tenho aqui vários assuntos a serem tratados, e só os cinco minutos não dão tempo, mas queria fazer um relato sobre o que está acontecendo em Brasília, chamando a atenção não só desta Casa mas também do povo baiano para essa proposta feita pelas Centrais Sindicais e os movimentos sociais para parar o Brasil no dia 28 deste mês. É uma necessidade do nosso povo, para as mulheres e para os trabalhadores, porque as armações e o que está acontecendo hoje em Brasília é muito preocupante, deputado Paulo Rangel. Nós não podemos aceitar o que tem acontecido lá. As demonstrações de repúdio ao Congresso Nacional e ao governo golpista do Temer têm feito eles ficarem meio tontos.

Ontem tivemos uma vitória, que foi o pedido de urgência para votar a reforma trabalhista, que estava na sombra da proposta da reforma da Previdência. E eles, na ânsia de aprovar essas reformas perversas contra o trabalhador e contra o povo brasileiro, contra a mulher brasileira, tiveram uma primeira derrota. Mas vou fazer questão de ler desta tribuna o nome de todos os deputados da Bahia que, assim como votaram pela terceirização irrestrita, votaram ontem pelo requerimento de urgência para aprovar a reforma trabalhista. Isso é uma verdadeira imoralidade, um verdadeiro escândalo, deputado Hildécio, retirar 60 artigos da CLT. Acabou a CLT! Acabaram os direitos trabalhistas! O trabalhador vai ter agora que aceitar a imposição do patrão caso essa reforma seja aprovada.

Eles estão na ânsia de aprovar também a reforma da Previdência antes da greve geral. E eu tenho certeza de que essa greve será um sucesso. O Brasil está entendendo, graças a Deus, o povo brasileiro, principalmente os trabalhadores, até os que fizeram campanha pelo impeachment, os chamados “coxinhas” estão aí sem saber o que fazer, estão atordoados porque ajudaram a dar o golpe e estão vendo o resultado do golpe em suas vidas, em suas casas, em seus bolsos, em todos os cantos deste País.

Como eu tinha dito, faço questão de ler, como li os nomes dos deputados que votaram na proposta da terceirização irrestrita, os nomes dos que votaram a favor da urgência para a votação da reforma trabalhista. Depois de muita luta da Oposição no Congresso Nacional, já se conquistou uma outra vitória, parece que vai ser discutida e iniciada a votação no início do mês de maio.

Deputados Cláudio Cajado – DEM; Elmar Nascimento – DEM; José Carlos Aleluia – DEM; Paulo Azi – DEM; Lúcio Vieira Lima – PMDB; Cacá Leão – PP;

Roberto Brito – PSD; Ronaldo Carleto – PP; José Carlos Araújo – PSD; José Rocha-PR; Pastor Márcio Marinho – PRB; Luciano Braga – PSC; Tia Eron – PRB; José Nunes – PSD; Paulo Magalhães – PSD; João Gualberto – PSDB; Jutahy Magalhães, do PSDB; Benito Gama, do PTB; e Bacelar, que deve ser o João Carlos que tomou vaías, que serviu de exemplo, inclusive.

E temos feito um apelo para que o povo brasileiro, o povo baiano receba assim esses deputados que lá, em Brasília, articulam e votam contra os seus interesses, para que, realmente, eles tomem vergonha na cara, recuem de sua postura de apoiar um governo golpista que quer retirar todos os direitos do povo brasileiro, de todas as mulheres brasileiras, e pensem no que estão fazendo.

Então, esses foram os deputados que votaram a favor.

Mas, também, não podemos deixar de registrar que Alice Portugal, do PCdoB; Félix Mendonça, do PDT; Erivelton Santana, do PSC; Mário Negromonte, que já fez autocrítica; Bebeto também, do PSB; Irmão Lázaro; Afonso Florence; Caetano; Jorge Solla; Nelson Pelegrino; Robinson Almeida; Valmir Assunção; Waldenor Pereira; e Uldurico Júnior votaram contra essa urgência que, sabemos, é um mal que vai acontecer para o nosso Brasil se eles quiserem, na ânsia de atropelar tudo, votar dessa forma como estão propondo.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, colegas da imprensa, aqueles que nos assistem através do *Canal TV Assembleia*, trago aqui um assunto, que é a educação, e começo dizendo o seguinte:

(Lê) “Uma antiga propaganda de televisão, que fez muito sucesso, mostrava um pai invadindo o campo de futebol para cuidar do filho, atingido por uma entrada mais vigorosa do zagueiro adversário, e concluía com uma frase que ganhou o País e entrou no repertório de citações dos brasileiros: ‘Não basta ser pai, tem que participar’.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, há 13 meses o senador Walter Pinheiro, que abandonara o PT, partido pelo qual se elegeu e onde construiu sua carreira política, assumiu a Secretaria da Educação do Estado da Bahia, para espanto de muita gente.” Naquele momento, já que ele estava afastado do Partido dos Trabalhadores.

(Lê) “Até mesmo do ex-governador Jaques Wagner, que, na época, manifestou sua surpresa e disse não ter entendido a nomeação de Walter Pinheiro.

Mas o fato é que passados 13 meses não há qualquer avanço na melhoria da qualidade do ensino da Bahia, que continua registrando resultados negativos em todas as avaliações feitas sobre a educação no Estado.

A situação segue a mesma em todos os níveis de ensino. Do ensino fundamental ao ensino superior não se vê melhora, não se vê avanço, não se vê resultado positivo. Exceto na propaganda oficial. Ali, nos filmes para a televisão, nos *spots* para rádio, nos anúncios de jornal, tudo está uma beleza.

Mas a realidade, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, sabemos nós e sabem todos

os pais e mães com filhos matriculados na rede estadual de ensino, é bem diferente. Ainda há escolas em péssimas condições físicas, ainda há falta de professores, ainda faltam projetos pedagógicos modernos e eficientes. O índice de repetência segue elevado, e o número de crianças que abandonam a escola segue crescente.

Nesse Domingo de Páscoa, porém, acendeu-se uma luz de esperança. Lemos na prestigiosa coluna *Tempo Presente*, assinada pelo jornalista Levi Vasconcelos, no jornal *A Tarde*, que o secretário Walter Pinheiro está preparando uma verdadeira revolução na educação da Bahia.

Isso nos deixa alegre. Afinal, não basta ser secretário. Tem que trabalhar e mostrar resultado.

Esperamos que seja verdade. Desejamos que seja verdade. Torcemos para que seja verdade.

Mas o que nos deixa com uma pulga atrás da orelha é que a mesma coluna informa que o secretário Valter Pinheiro, senador licenciado, será candidato à reeleição – ou seja, terá que deixar o cargo dentro de 13 meses para disputar a eleição.

Treze meses é pouco tempo em se tratando de educação. É um prazo curto até mesmo para fazer uma mudançazinha, quanto mais para fazer uma revolução”, meu caro presidente Luiz Augusto.

E para completar, a Embasa está de brincadeira! No distrito de Humildes, em Feira de Santana, falta água há 21 dias. Eu não sei o que está acontecendo, se é realmente para preparar o terreno para privatizar a Embasa ou para aborrecer a população, porque o recibo continua chegando. Continua chegando o recibo, mas está faltando o líquido precioso nas torneiras dos feirenses e, especialmente, dos moradores do distrito de Humildes.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra o deputado Targino por até 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhores da imprensa, Srs. Funcionários, ocupo a tribuna desta Assembleia, na tarde de hoje, dirigindo-me, de forma especial, ao senhor e à senhora que nos assiste através da *TV Assembleia*, notadamente ao povo de Feira de Santana e região. Vou falar de um assunto que interessa muito ao povo de Feira de Santana.

Quero falar novamente sobre a insegurança que se instalou na Universidade Estadual de Feira de Santana. No local onde funcionava a casa de bombas, no campus, no módulo III do campus da UEFS, situado defronte ao prédio da Reitoria da Universidade, foi criado o espaço cultural conhecido no campus da UEFS como senzala, que, na verdade, é um espaço para consumo democrático de drogas.

Enquanto isso, a mídia tem noticiado vários casos de assaltos, inclusive ao professor da Universidade, que lá foi assaltado. Até tentativa de estupro já ocorreu no interior do campus da UEFS. O reitor, talvez por não compreender a dinâmica dos fatos que saltam aos olhos da sociedade, que é a crescente ascensão da violência, insiste em manter a proibição da entrada das polícias no campus da UEFS, o que não

faz mais sentido nos tempos hodiernos. Que o reitor entenda, por favor, que essa proibição só encontrou sentido durante a ditadura, para proteger o ambiente universitário das perseguições que, àquela época, existiam.

Manter essa proibição extemporânea, Sr. Reitor, é tornar-se sócio ou cúmplice dos crimes que lá ocorrerem, notadamente pela incapacidade de sua administração de garantir a segurança de todos os que frequentam aquele campus.

Fica aqui o alerta, já corroborado pelo coronel que comanda a PM na Região Leste baiana, que disse num programa da Rádio Sociedade de Feira de Santana: “que o campus da UEFS serve como esconderijo de ladrões, que ao serem perseguidos pela Polícia Militar saltam, pulam o muro para entrar no campus da UEFS e lá se protegerem.” Isso é um absurdo.

Então, Sr. Governador, Sr. Secretário de Segurança Pública, Sr. Secretário de Educação do Estado da Bahia, o campus da UEFS vai continuar servindo para proteger criminosos. Isto é um absurdo, Sr. Governador. Acorda, Sr. Governador!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra o deputado Marcell Moraes.

O Sr. MARCELL MORAES:- Sr. Presidente, nobres deputados, muito boa tarde. Venho aqui, na tarde de hoje, fazer um registro para o município de Paripiranga, Bahia, onde tem o prefeito Justino Neto, do Partido Verde.

Sexta-feira próxima vamos fazer 100 dias de gestão do prefeito Justino, do Partido Verde e eu queria destacar algumas ações, em pouco tempo, que foram feitas no município de Paripiranga. Vejam só vocês, mais de 2 mil famílias beneficiadas com carros-pipa, que o prefeito distribuiu em 100 dias e fez limpeza de todas as aguadas, mais de 200 aguadas de agricultores familiares.

No hospital de lá, eu tive o prazer de visitar a senhora Márcia, diretora, e apesar do hospital não ter tantos equipamentos, o governo do Estado precisa investir um pouco mais, mas o hospital está limpo, lindo, a população está feliz com o tratamento, com o atendimento e já atende mais de 9 mil pessoas por mês.

O pagamento do reajuste do piso do magistério, que são poucos municípios, do nosso Brasil, que pagam; melhoria das estradas; pais de estudantes estão tirando seus filhos das escolas particulares para colocar os filhos na rede municipal, sinal de que o trabalho do prefeito Justino Neto, da cidade de Paripiranga, está aí sendo plausível para toda a população, e que sirva de referência para todo o Brasil. Um pai que tira uma criança de uma escola privada para colocar em uma escola pública é sinal que alguma coisa de positivo está acontecendo naquela administração, mais precisamente naquela escola.

Na Semana Santa, o prefeito distribuiu 3.600 quilos de peixe, nunca houve uma ação assim antes, no município.

Outra ação do prefeito Justino Neto, do Partido Verde, manter os 700 funcionários da gestão, sem nenhuma perseguição, independente de ter votado ou não nele.

Eu venho dizer isso aqui, porque o Partido Verde fica muito feliz de ter um

prefeito tão atuante na cidade de Paripiranga, como Justino. O que acontece, Sr. Presidente, é que o ex-prefeito, um cidadão chamado George, de ficha suja, que deixou aí um monte de convênio sem pagar, deixando o prefeito Justino em saia justa, começou a ter inveja dessa gestão. Em cem dias o prefeito Justino Neto, do Partido Verde, fez mais do que a gestão anterior em oito anos. Isso quem está falando não é o deputado Marcell, não, é a população de Paripiranga. E esse George, insatisfeito, incomodado com quem trabalha, porque quando a pessoa trabalha o outro fica incomodado, resolveu, agora, processar o prefeito de Paripiranga, porque o prefeito fala na Rádio que o que ele fez em 100 dias o outro fez em oito anos.

Vá trabalhar, George, está cheio de contas aí reprovadas, convênios que você não prestou contas, vá trabalhar, meu amigo, porque agora eu vou fiscalizar a gestão anterior, nós vamos aqui fiscalizar, porque você não trabalhou certo durante oito anos, quatro seus e quatro do seu sucessor, e agora você vem com essa de querer perseguir? Mostre trabalho. Quem não faz nada está sempre disposto a criticar quem faz. O tal George, ex-prefeito, não fez absolutamente nada e está disposto a criticar quem faz, quem trabalha, quem quer ver o Município crescer.

Está aí o meu repúdio a esse ex-prefeito, George. E digo: vá trabalhar, meu amigo, vá trabalhar, acorde cedo! Sabe por que Justino fez em 100 dias o que vocês não fizeram durante 8 anos? Porque Justino acorda cedo, Justino é trabalhador. Vocês não, é a turma da preguiça.

Então, está aí o meu repúdio, e vou para cima! Vou buscar esses convênios cujas contas o senhor não prestou porque eu vou cobrar aqui, na Assembleia Legislativa, uma posição da nossa Comissão, dos deputados, para a gente averiguar de perto. E se o senhor não prestou contas, vamos para cima, e o senhor poderá ser, até, preso.

Essa é minha indignação e meus parabéns ao município de Paripiranga, ao prefeito do Partido Verde, Justino Neto.

Saudações ecológicas, presidente, e uma boa-tarde a todos.

Deixo outro registro aqui, presidente, eu não poderia me calar neste momento, está aí, na imprensa baiana, a notícia de assédio de um gestor, o Sr. Valcy, que aconteceu no meu partido, o Partido Verde. Venho aqui dizer que o dirigente estadual, o dirigente nacional, o dirigente municipal do Partido e o único deputado estadual que o Partido Verde tem manifestam total repúdio a qualquer violência contra as mulheres, seja ela sexual, moral... e está aqui a nobre deputada Luiza Maia, minha conterrânea, que sabe como um assunto desse é triste.

Porém, aguardamos os resultados das investigações, eu espero que a Polícia investigue piamente, vá para cima e busque provas. Obviamente, o Partido Verde condena, o Partido Verde não é a favor de qualquer tipo de violência, não só contra as mulheres, mas contra as crianças, contra os animais. O Partido não é a favor. Nós vamos dar todo o apoio a essa vítima, sim, e vamos buscar, de fato, uma solução para mostrarmos.

O Partido Verde não tem nada a ver com isso. É apenas um filiado do Partido Verde, uma pessoa que também faz parte da Executiva do Partido Verde, mas o partido não tem nada a ver com isso. Não é uma pessoa que vai manchar um nome tão

sério, como é o nome do Partido Verde do qual já faço parte há 18 anos e tenho muito orgulho, muita alegria! Inclusive, é um partido que tem na sua bandeira a defesa das mulheres.

É por isso que temos também a vereadora Marcelle Moraes, minha irmã, que está engajada nesta luta, que também enviou uma nota de repúdio a esse fato triste que aconteceu, e não só Marcelle, mas também Marcell, o deputado federal Uldurico Júnior, algum dirigente do Partido Verde. Estamos surpresos, fomos pegos pela imprensa, mas estamos, de fato, averiguando, espero que, o quanto antes, a Polícia, o Ministério Público possam averiguar para a gente punir o cidadão que, possivelmente, possa ter praticado esse crime.

Mas o Partido Verde condena piamente.

Saudações ecológicas e meu boa-tarde a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex da Piatã):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel por até 5 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu hoje, rapidamente, vou me colocar em relação a um projeto que apresentei, nesta Casa, mas quero me colocar novamente, com mais tempo, até porque é um projeto de certa complexidade, que vai, inclusive, trazer um impacto grande sobre a vida da segurança pública em nosso Estado.

Eu já apresentei um projeto nesta Casa, Sr. Presidente, onde nós vamos quebrar a visão horizontalizada, fortemente hierarquizada, da Polícia Militar, que faz com que existam duas portas de entrada. Em uma, está previsto o acesso aos praças; em outra, através de um vestibular, prevê-se o acesso à carreira de oficial de polícia.

Esse nosso projeto institui uma carreira única, propõe que, para ter acesso ao oficialato, exista uma prerrogativa de se ter vivenciado a vida da Polícia Militar por, no mínimo, 3 anos como praça. Esse projeto prevê uma alteração radical na visão que hoje ainda permanece, visão baseada na organização das Forças Armadas, que no Brasil ainda é produto de uma visão herdada dos portugueses, que trazem um absurdo de um subtenente, aos 49 anos de idade, ser subordinado a um oficial de 22 anos de idade.

Esse projeto visa dotar aqueles que vão fazer carreira no oficialato de experiência prática naquilo que diz respeito também à prática policial de repressão ao crime, de conhecimento da realidade das ruas, e não simplesmente a ter uma carreira tática, estratégica, muitas vezes estática, voltada apenas, muitas vezes, para a vida de gabinetes e escritórios. É um projeto que propõe carreira única, entrada por uma única porta.

Isso não vai mudar em nada a vida daqueles que já fazem parte do oficialato.

Vai também ensinar uma economia aos cofres públicos. Diga-se de passagem, muitas vezes algum praça tem acesso à academia e é obrigado a cursar disciplinas práticas que o cadete ainda tem que cursar e que seriam totalmente desnecessárias.

Portanto estamos apresentando esse projeto pioneiro no Brasil que acaba com uma discriminação, que acaba com essa horizontalidade de carreira fortemente

hierarquizada e herdada dos antanhos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex da Piatã):- Com a palavra o deputado Bira Corôa pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Servidores desta Casa, faço uso da palavra, neste momento, primeiro, para mais uma vez chamar a atenção dos trabalhadores brasileiros e da sociedade civil organizada para a manifestação que as centrais sindicais estão convocando para o próximo dia 28. Será uma perspectiva de dizer não à movimentação e à ação do Congresso, conduzida pelo governo golpista, para votar e aprovar a reforma da Previdência e a reforma trabalhista, na perspectiva de extrair direitos constitucionais dos trabalhadores e trabalhadoras e impor ao Brasil uma pseudopossibilidade de crescimento, autossustentação e longevidade do sistema previdenciário.

Isso porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos nós concordamos que tem que ter uma reforma, e se, de fato, o governo tem compromisso com o povo brasileiro e com a reforma, ele tem que começar de cima para baixo e não de baixo para cima, não extraindo direito dos trabalhadores e trabalhadoras, mas, sim, chamando à responsabilidade aqueles que sonégam chamando a *Rede Globo* para cumprir o seu papel e deixar de ser sonegadora, chamar as instituições financeiras. E ao invés de abrir esse processo, ao invés de trabalhar as categorias com os seus diversos graus de contribuições como, por exemplo, por que excluir o Judiciário? Por que o trabalhador comum tem que pagar a conta enquanto os juízes são isentos? Esse é o contexto que nós afirmamos que está errado nesse processo de reforma. E essa reforma a toque de caixa, na pressão, utilizando a mídia golpista é para mais uma vez impingir ao trabalhador e à trabalhadora o pagamento das contas em detrimento dos privilégios que serão mantidos nesse projeto.

Por isso, Sr. Presidente, faço também minha essa fala e convoco todos os trabalhadores para junto com as centrais sindicais irem às ruas, no dia 28, para dizer que o povo brasileiro não permite ser mais uma vez golpeado por esse governo, repito, golpista que aí está instalado.

Mas, Sr. Presidente, também aproveito para dizer que, no dia de ontem, a Comissão de Promoção da Igualdade desta Casa fez uma audiência pública para debater a violência e atentados contra a mulher e a mulher negra no nosso Estado.

Foi um longo debate, um debate extenso que começou às 10h da manhã e se encerrou às 14h30min, com a participação maciça da sociedade civil organizada presente e de setores estratégicos do governo, a exemplo da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Secretaria da Justiça, entre outras que estiveram acompanhando esse processo.

Quero dizer da importância do debate que também a presença de dezenas de estudantes de universidades e faculdades do Estado acompanhando a problemática, mas interagindo com o contexto de informações que lá foram debatidas.

E pasmem, Srs. Deputados, a Bahia está em segundo lugar no crescimento da

violência e atentado contra a mulher, em ações que na sua grande maioria ocorrem no perímetro dos lares.

Então essas ações precisam ser melhor debatidas e discutidas e apresentadas alternativas. E a audiência de ontem apontou com muita clareza para esses caminhos.

Sr. Presidente, no pouco de tempo que ainda me resta, quero, mais uma vez, agradecer aos pares desta Casa que compõem a Comissão, agradecer, especialmente, a todas as entidades representativas que aqui se fizeram presentes para debater a temática e dizer que esta Casa cumpriu, através da Comissão de Promoção da Igualdade, mais uma tarefa significativa que é trazer para cá e para o debate do cotidiano, para a ordem do dia, as problemáticas que a sociedade e que o sistema ainda insistem em jogar debaixo do tapete ou fazer de conta que ainda não estão existindo.

Quando se fala de atentado de violência contra negros e negras, especialmente mulheres negras, viramos as costas como se isso não estivesse acontecendo.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra, o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes neste plenário, eu quero falar de um assunto, deputado Paulo Rangel, que diz respeito e afeta a todos nós deputados desta Casa, que é o problema que tem sido levantado em relação ao fechamento de diversas comarcas no interior da Bahia. Inclusive, tenho recebido alguns pedidos de informações por parte de prefeitos, vereadores e lideranças municipais. Ainda ontem, ficamos um pouco mais aliviados, porque a OAB-Seção Bahia, na pessoa do seu presidente, Dr. Luiz Viana Queiroz, juntamente com o presidente desta Casa, tomaram iniciativa no sentido de tentar buscar uma solução mais criteriosa para que a população baiana, sobretudo aqueles que mais precisam desse tipo de serviço, não sejam tão afetados com essa decisão do Tribunal de Justiça de fechar algumas comarcas no interior da Bahia. Não somos contra a política de contenção de gastos, mas é necessário se entender que tem que haver critérios para que a população não seja fortemente afetada por essa decisão.

Mas ainda quero tratar de outro assunto, Sr. Presidente. Ainda ontem, deputado Targino Machado, sofremos uma outra tratorada do governo do Estado da Bahia. Ontem, mais uma vez, a patrol governista atropelou a Oposição nesta Casa de modo que os deputados de oposição estão tão triturados que quase não apareceram aqui hoje. Não foi possível instalarmos a CPI do Centro de Convenções exatamente porque a Bancada do governo não quis dar continuidade ao que é tradição nesta Casa, que é, exatamente, um acordo na divisão dos cargos de uma comissão. Sobretudo numa comissão importante, como é uma comissão parlamentar de inquérito.

Mas, dando sequência, quero aqui fazer essa lembrança, o governador Rui Costa é acostumado a dar essas tratoradas nesta Casa, aliás, é acostumado a tratar os deputados desta Casa como se fossem, simplesmente, seus empregados. Trouxe aqui, para lembrança de todos os Srs. Deputados desta Casa, um projeto de lei de nossa

autoria...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo causando grande ruído.)

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Vou já pedir para recompor meu tempo, porque estou falando e está um barulho muito grande.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Srs. Deputados, há um orador na tribuna.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Queria, Sr. Presidente, manifestar a nossa insatisfação pela forma autoritária como o governo tem tratado todos os deputados aqui, talvez até os deputados da sua própria base. Recordo-me aqui que, em 23 de dezembro de 2015, conseguimos aprovar nesta Casa um projeto de lei que disciplina a instalação de aparelho eliminador de ar em unidades servidas por ligações de água e esgoto no âmbito do Estado da Bahia. Esse projeto de lei, sendo aprovado, se transformou na Lei nº 13.583 e foi encaminhada para o gabinete do governador para S.Ex^a sancionar ou devolver para esta Casa. E o governador não sancionou nem vetou. Só devolveu a esta Casa quase 1 ano depois, em 14 de setembro de 2016. E, só naquela data, o então presidente Marcelo Nilo promulgou essa lei, que hoje é a Lei nº 13.583, de 14 de setembro de 2016. Essa lei, em seu artigo 8º, determinou que o Poder Executivo regulamentará essa lei no prazo de 90 dias a contar da data da sua publicação, ou seja, em 14 de setembro de 2016. E até a presente data o governo da Bahia não regulamentou esta lei, ou seja, a conclusão a que chegamos, deputado Targino Machado, é que este Plenário aqui nada mais é do que um teatro. E veja que teatro é uma coisa nobre. Quero comparar com o teatro porque teatro é encenação, o que nós fazemos aqui é uma verdadeira encenação. Um projeto de lei aprovado à unanimidade por todos os Srs. Deputados desta Casa, encaminhado ao gabinete do governador para sancionar ou vetar. Ele não faz nem uma coisa nem outra. Seis meses depois, depois de reiteradamente solicitar que o presidente da Casa mandasse buscar esse projeto de lei, veio para aqui, foi promulgado e até hoje não foi regulamentado pelo governo do Estado da Bahia.

Portanto, Sr. Presidente, solicito a V.Ex^a que faça um expediente ao gabinete do governador chamando a atenção de que isso aqui é desobedecer a lei. Por isso, entendemos que o governador está prevaricando se ele assim continuar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Informamos a visita de estudantes do Centro Educacional Nalva Oliveira, no bairro do parque São Cristóvão.

Com a palavra a deputada Maria del Carmen pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, servidores desta Casa, taquígrafas, quero saudar inicialmente os alunos que aqui estão e as professoras que acompanham os alunos aqui conosco conhecendo a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, a Casa do povo, bem-vindas essas jovens crianças, quem sabe amanhã uma dessas não estará aqui nesta Casa utilizando esta tribuna e se recordando do dia que aqui estiveram conhecendo o funcionamento da Assembleia Legislativa.

Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, subo à tribuna desta Casa, nesta tarde, para

falar de um tema que foi objeto de uma audiência pública realizada nesta manhã pela Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano, e que teve como pauta a regularização fundiária rural e urbana, impactos da medida provisória 759/2016. Essa medida provisória que pouco tem sido, haja vista a quantidade de medidas e de projetos de leis, de propostas que têm sido encaminhadas pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, medidas essas que só tiram direitos dos trabalhadores e da sociedade. Esta tem sido daquelas menos comentadas, talvez por ser medida provisória e ter chegado ao Congresso Nacional no período das festas do Natal e do Ano Novo, portanto, pouco comentada.

Essa medida provisória trará enormes prejuízos à população brasileira, já que ela (Lê) “dispõe sobre a regularização rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal.

Sob o argumento de simplificar e desburocratizar procedimentos e aumentar o número de títulos e consolidar o processo de regularização fundiária em todo o território nacional, a Medida Provisória propõe uma ampla modificação do sistema jurídico brasileiro, alterando os princípios constitucionais, a regularização fundiária urbana, o sistema das terras rurais, o programa Amazônia Legal e o direito dos povos tradicionais, e procedimentos para a alienação do bens públicos da União.

Considerando que:

Segundo o artigo 62 da Constituição Federal, somente em caso de relevância e urgência o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.

No caso da MP em pauta, todas as matérias nela tratadas são relevantes.”

Pois não podemos dizer que no momento atual é tratada a questão de regularização fundiária não seria uma matéria relevante.

Mas, se ela for analisada sob o regime da urgência, não é possível considerar constitucional essa medida provisória, já que você não pode ter urgência na discussão e no debate sobre esse tema tão importante para o País e para as áreas urbanas e rurais, que exige o devido debate com toda a população.

Esse regime jurídico sobre a regularização fundiária, a reforma urbana e os imóveis da União, para estes últimos, em especial, foi constituído desde o século XIX, com a Lei de Terras de 1850, e está sendo modificado por meio de medida provisória. Portanto, é impossível que matérias como essa sejam tratadas com medida provisória.

Dentro desta linha, Sr. Presidente, do prejuízo que esta medida trará para a população, pois ela retirará, inclusive, direitos já assegurados, ao estabelecer e repassar para os municípios a responsabilidade, deputado Zé Raimundo, de poder decidir de forma discriminatórias quais áreas que serão regularizadas ou não. Isso é um prejuízo enorme.

Hoje tivemos aqui, participando desse debate, as representações do campo e da cidade, os movimentos sociais ligados ao campo, os movimentos sociais ligados à área da moradia, do direito à cidade. Todos, com a presença do professor Nelson Saulo, do Instituto Polis e professor de Direito da USP, estiveram aqui no debate

sobre esse tema, que está no Congresso Nacional, na comissão especial que foi designada, cujo relator é o senador Jucá. Esperamos que haja a sensibilidade dos deputados e senadores do Congresso para que não aceitem nem aprovem essa medida provisória, que trará enormes prejuízos, seja pela estrangeirização, porque permite, inclusive, Sr. Presidente, a estrangeirização e o debate...

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Para concluir.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- (...) sobre as áreas que poderão ser adquiridas por estrangeiros, seja porque tira e desafeta áreas do litoral, tira dos assentamentos, das áreas quilombolas, das áreas de fundo de pasto e das comunidades tradicionais o direito à regularização coletiva, individualizando esses direitos e garantindo, portanto, que essas terras sejam vendidas para a especulação, seja ela de que poder seja, e ampliando a concentração de terras ainda mais do que aquelas que nós já temos hoje no nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Pablo Barrozo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Questão de ordem ao deputado Pablo Barrozo.

O Sr. Pablo Barrozo:- Sr. Presidente, eu gostaria de que V.Ex^a verificasse se há quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- V.Ex^a será atendido. Questão de ordem ao deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, eu quero aqui deixar registrado e lamentar que nós, hoje pela manhã, na Comissão de Assuntos Territoriais, havíamos feito um esforço imenso, ou seja, desde a semana passada e ontem na Comissão de Constituição e Justiça, para que fosse feito um acordo sobre a regulamentação ou a revisão das divisas territoriais de alguns municípios, pois há necessidade de votar.

Fizemos esse acordo tanto com o deputado Leur como com o deputado José Neto, Líder da Maioria e Líder da Minoria, e se houvesse as devidas declarações dos prefeitos em relação ao trabalho feito pela SEI e aprovado pela comissão de Divisão Territorial, votaríamos aqui por acordo, haja vista que há um problema de tempo, porque é preciso que até o dia 30 sejam informados esses novos limites ao IBGE. Até lá, necessita tramitar, ser aprovada e sancionada a lei para que possa ser informado. Lamento, porque isso pode causar um prejuízo aos municípios em torno de R\$ 200 mil/mês.

Aqui, num atropelamento... Não quero acusar ninguém, nem do Governo nem da Oposição, mas não podemos ser intolerantes nessas questões. Senti muita intolerância de alguns companheiros, inclusive da própria base do Governo, porque já havíamos combinado, o presidente da Casa divulgou que votaríamos esses dois projetos hoje. Seriam apreciados por acordo, para que a gente não causasse prejuízos.

Quero pedir uma certa reflexão aos deputados do Governo e da Oposição, para que os votássemos os projetos que estiverem nessas condições, ou seja, com as

autorizações dos prefeitos e aprovados pela Comissão de Assuntos Territoriais, porque é por acordo. É lógico que concordo com os deputados Leur Lomanto Junior e Zé Neto que só se pode votar se houver a anuência dos prefeitos envolvidos. E pelo menos o projeto da cidade de Santa Luzia, que se encontra aqui, está com as devidas autorizações. O meu medo é de não dar tempo até o dia 30, e aí possamos causar um prejuízo para o município se não votarmos esse projeto.

É com essa questão de ordem que quero pedir aos deputados que pudéssemos tentar encontrar uma solução para esse tema.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra o deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, venho na mesma linha do deputado Rosemberg Pinto, já que sou da comissão e reconheço o esforço que ela tem feito, há mais de 1 ano, para resolver essas situações. Há avanços significativos, quase 95% dos limites dos municípios foram estabelecidos, já solucionados; em apenas 5% ainda existem conflitos que não tivemos condições de conduzir politicamente.

Os três projetos que estão sendo postos aqui, citados pelo deputado Rosemberg Pinto, foram discutidos nas comissões, foram elementos de acordos e de reconhecimento por parte dos Executivos municipais, sob acompanhamento dos Legislativos municipais também. Sem dúvida alguma, fica para esta Casa – independentemente das Bancadas, de posições partidárias – uma responsabilidade muito grande, Sr. Presidente, que é a de não ter cumprido o seu papel em tempo hábil para que municípios do nosso Estado não sejam penalizados. Essa é a preocupação que temos colocado com muita clareza nas comissões. O deputado Pedro Tavares, que acaba de chegar aqui, tem acompanhado muito de perto esse tema e sabe que tenho a preocupação – caso não consigamos aprovar esses projetos ainda esta semana – de não haver tempo hábil para aprová-los na próxima semana, penalizando os municípios ao longo de 2 anos, Sr. Presidente.

Não entrando agora nos dados estatísticos do IBGE, vão esperar o próximo ano, quando esse instituto não lança dados estatísticos por ser ano eleitoral – podem observar que a atualização do IBGE é a cada 2 anos –, e assim estaremos sendo responsáveis pela penalização desses municípios, por mais 2 anos, em perdas de receitas mês a mês. E a consequência disso é muito grande.

Ao fazer esse registro, me coloco à disposição para encontrarmos um entendimento. Podemos discutir com as Bancadas para tentar assegurar, pelo menos, a aprovação no início da próxima semana, já que há um pedido de verificação de quórum, o que inviabiliza a continuidade desta sessão. Consequentemente, cai a possibilidade de aprovarmos esses projetos de lei que estão em debate.

Sr. Presidente, me coloco à disposição, repito, para encontrarmos caminhos que não penalizem os nossos municípios.

O Sr. Presidente (Luiz Augusto):- Como não há concordância da outra parte para a retirada do pedido de verificação de quórum, não é possível continuarmos a sessão, já que não temos a presença de 21 Srs. Deputados.

Declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Atos Oficiais / Departamento de Taquigrafia

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.